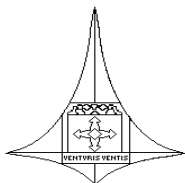




ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO DF

SETEMBRO /2017



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

CIRCULAÇÃO INTERNA

ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL

SETEMBRO/2017

APRESENTAÇÃO	02
ARRECADAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08
ARRECADAÇÃO DO ICMS	11
ARRECADAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO	24
ARRECADAÇÃO DO ISS	25
SÉRIES HISTÓRICAS	33

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de setembro e ao período de janeiro a setembro de 2017.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 13/10/2017. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 06/10/2017.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de setembro e no período de janeiro a setembro de 2017, em relação a igual período de 2016.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 18 de outubro de 2017.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de setembro de 2017, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.351,3 milhões em valores correntes. No confronto com setembro de 2016, aponta-se acréscimo nominal de 14,3%, que corresponde a um acréscimo real de 12,5%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de setembro discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 13/10/2017

VALORES EM R\$ MIL

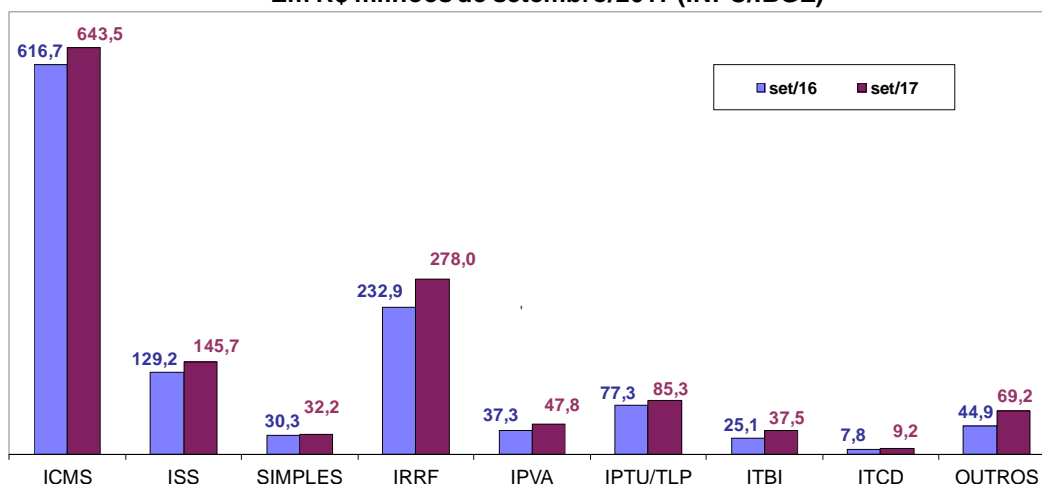
ITEM	set/17	set/16	setembro/2016 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em setembro/17
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	646.233	606.812	616.702	+39.421	+6,5%	+29.531	+4,8%	47,8%
ISS	145.723	127.104	129.176	+18.620	+14,6%	+16.548	+12,8%	10,8%
SIMPLES	32.181	29.815	30.301	+2.366	+7,9%	+1.880	+6,2%	2,4%
IRRF	277.966	229.185	232.921	+48.781	+21,3%	+45.046	+19,3%	20,6%
IPVA	47.844	36.672	37.270	+11.171	+30,5%	+10.574	+28,4%	3,5%
IPTU/TLP	85.348	76.026	77.265	+9.322	+12,3%	+8.083	+10,5%	6,3%
ITBI	37.547	24.740	25.143	+12.807	+51,8%	+12.404	+49,3%	2,8%
ITCD	9.221	7.714	7.839	+1.507	+19,5%	+1.381	+17,6%	0,7%
Outras Taxas	5.938	6.859	6.971	-922	-13,4%	-1.033	-14,8%	0,4%
Receita Tributária Total (A)	1.288.001	1.144.927	1.163.588	+143.073	+12,5%	+124.412	+10,7%	95,3%
Dívida Ativa	42.109	20.472	20.806	+21.637	+105,7%	+21.304	+102,4%	3,1%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	7.282	5.725	5.819	+1.557	+27,2%	+1.464	+25,2%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	13.917	11.126	11.308	+2.790	+25,1%	+2.609	+23,1%	1,0%
Total das Outras Receitas (B)	63.309	37.324	37.932	+25.985	+69,6%	+25.377	+66,9%	4,7%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.351.309	1.182.251	1.201.520	+169.058	+14,3%	+149.789	+12,5%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Em relação ao desempenho real da arrecadação tributária em setembro de 2017 frente a setembro de 2016, verificaram-se acréscimos da maioria dos tributos, destacando-se o IRRF com R\$ 45,0 milhões (+19,3%), ICMS com R\$ 29,5 milhões (+4,8%) e a Dívida Ativa com R\$ 21,3 milhões (+102,4%).

Em sentido contrário, foi observado decréscimo real de arrecadação tributária apenas em Outras Taxas, na ordem de 1,0 milhão (- 14,8%).

Arrecadação em setembro/2017 contra setembro/2016 - Sem incentivado
Em R\$ milhões de setembro/2017 (INPC/IBGE)



No resultado acumulado no período de janeiro a setembro de 2017, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 11.480,9 milhões em valores correntes, que corresponde a um aumento nominal de 4,1% e a um aumento real de 0,8%, em relação ao mesmo período de 2016. Trata-se do primeiro aumento real observado para a arrecadação acumulada após fevereiro de 2017.

A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2017
Dados SIGGO em 13/10/2017

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	2017 (a)	2016 (b)	2017 pelo INPC/IBGE (c)	2016 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	5.576.597	5.466.488	5.587.262	5.658.737	+110.109	+2,0%	-71.474	-1,3%	48,6%
ISS	1.188.993	1.100.507	1.191.311	1.139.217	+88.486	+8,0%	+52.093	+4,6%	10,4%
SIMPLES	271.678	259.640	272.208	268.840	+12.038	+4,6%	+3.368	+1,3%	2,4%
IRRF	2.018.817	2.014.023	2.022.091	2.082.462	+4.794	+0,2%	-60.370	-2,9%	17,6%
IPVA	935.230	834.605	938.084	868.840	+100.626	+12,1%	+69.244	+8,0%	8,2%
IPTU/TLP	668.853	652.776	669.347	668.790	+16.077	+2,5%	+557	+0,1%	5,8%
ITBI	264.628	231.871	265.033	239.543	+32.757	+14,1%	+25.490	+10,6%	2,3%
ITCD	95.550	75.275	95.667	78.107	+20.275	+26,9%	+17.560	+22,5%	0,8%
Outras Taxas	58.824	61.612	58.917	63.693	-2.788	-4,5%	-4.776	-7,5%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	11.079.171	10.696.796	11.099.920	11.068.229	+382.375	+3,6%	+31.691	+0,3%	96,5%
Dívida Ativa	240.114	196.055	240.465	202.824	+44.060	+22,5%	+37.641	+18,6%	2,1%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	73.910	57.624	74.018	59.616	+16.286	+28,3%	+14.401	+24,2%	0,6%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	87.669	73.336	87.801	75.690	+14.333	+19,5%	+12.111	+16,0%	0,8%
Total das Outras Receitas (B)	401.693	327.014	402.283	338.130	+74.679	+22,8%	+64.153	+19,0%	3,5%
Total da Arrecadação (A) + (B)	11.480.864	11.023.810	11.502.203	11.406.359	+457.053	+4,1%	+95.844	+0,8%	100,0%

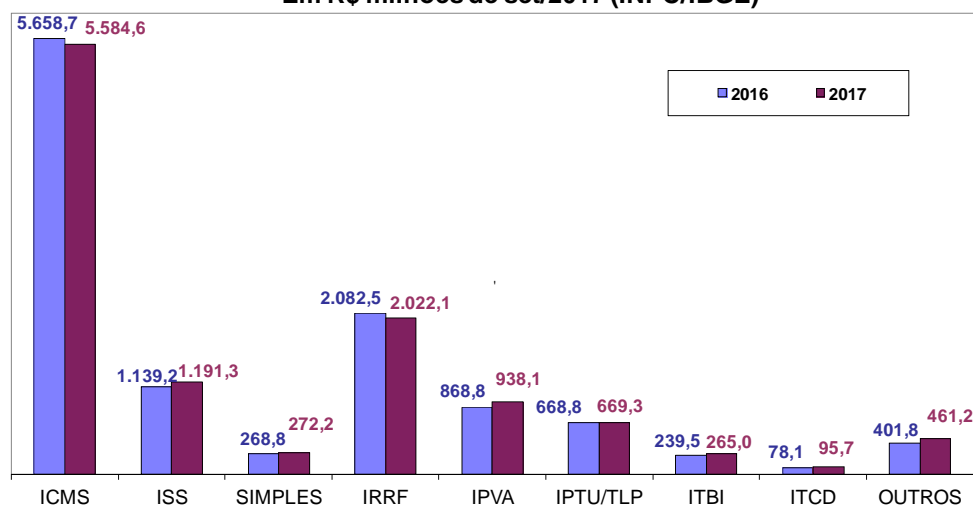
Fonte: SIGGO.

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEFE, além de apresentar comportamento irregular ao longo do tempo, resultam em grande parte de

receita contábil sem fluxo financeiro. Assim, o montante relativo a R\$ 2,7 milhões registrado para o mês de setembro de 2017 nesta rubrica foi excluído da análise a seguir.

Na comparação acumulada no período de janeiro a setembro de 2017 com o correspondente período de 2016, foram observados acréscimos reais de R\$ 69,2 milhões do IPVA (+8%), R\$ 52,1 milhões do ISS (+4,6%), e R\$ 37,6 milhões da Dívida Ativa (+18,6%). Por outro lado, foram registradas quedas reais de R\$ 71,5 milhões do ICMS (-1,3%) e de R\$ 60,4 milhões do IRRF (-2,9%).

Arrecadação em 2017 contra 2016 - Sem incentivado
Em R\$ milhões de set/2017 (INPC/IBGE)



O Índice FipeZap – que acompanha o preço de venda de imóveis residenciais em 20 cidades brasileiras – manteve-se praticamente estável entre agosto e setembro de 2017, com variação de -0,07%.

Em setembro das 20 cidades pesquisadas, 13 apresentaram recuo no preço de venda com destaque para Fortaleza (-0,82%), Rio de Janeiro (-0,57%) e Santo André (-0,41%), o que contribuiu para o recuo nominal de -0,56% no acumulado do ano. Por outro lado, entre as cidades que registram alta no preço médio de venda, as maiores variações foram observadas em Florianópolis (+0,61%), Recife (+0,40%) e Belo Horizonte (+0,32%).

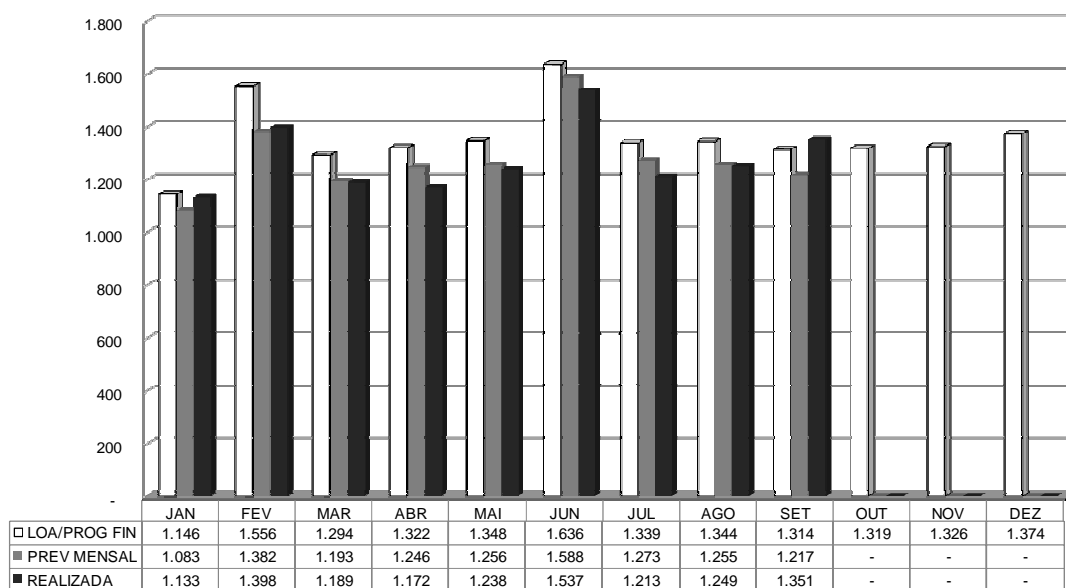
Considerando os últimos 12 meses, o índice FipeZap registra queda no preço médio (-0,26%) dos imóveis residenciais, reflexo do recuo nominal no preço de venda apresentado em 11 das 20 cidades pesquisadas, com destaque para Fortaleza (-4,04%), Rio de Janeiro (-3,58%) e Distrito Federal (-2,68%). Entre as 9 cidades que apresentaram alta no preço médio de venda, apenas em Belo Horizonte (+5,00%) e Florianópolis (+3,36%) as variações observadas superaram a inflação acumulada no período (+2,48%). Como resultado, o preço médio de venda de imóveis residenciais nas 20 cidades analisadas acumula queda real de -2,67% nos últimos 12 meses.

Em setembro de 2017, o valor médio de venda dos imóveis residenciais nas 20 cidades monitoradas foi de R\$ 7.636/m². Rio de Janeiro se manteve como a cidade com o m² mais caro do país (R\$ 9.918), seguida por São Paulo (R\$ 8.714) e Distrito Federal (R\$ 8.287). Já as cidades com menor valor médio por m² foram Contagem (R\$ 3.533), Goiânia (R\$ 4.096) e Vila Velha (R\$ 4.630).

Em que pese à tendência de queda nos preços de imóveis residenciais, a arrecadação do ITBI no DF continua a ter um resultado positivo, apresentando aumento real de 10,6% (+R\$ 25,5 milhões) no acumulado do período de janeiro a setembro de 2017 frente ao mesmo período em 2016.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na LOA/programação financeira, na previsão mensal e na receita realizada, cuja fonte é o SIGGO.

**RECEITA DE ORIGEM TRIBUTÁRIA - 2017
EM R\$ MILHÕES**



A receita realizada em setembro de 2017 ficou acima da considerada na previsão mensal em R\$ 134 milhões, que correspondeu a um desvio positivo de 11,01% de realização.

Quanto à previsão contida na LOA/Programação Financeira para o mês de setembro, a receita realizada ultrapassou a previsão em R\$ 36,9 milhões. Os desvios foram discriminados pelos principais itens que compõem a receita tributária sendo que os mais relevantes foram o IPVA (R\$ 32,6 milhões), a Dívida Ativa (R\$ 17,7 milhões) e Multas e Juros dos Tributos (R\$ 8,9 milhões), conforme quadro abaixo.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - SETEMBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL (A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	577.935	683.400	646.233	68.298	(37.167)
ISS	123.022	135.860	145.723	(2.449)	(1.373)
SIMPLES	34.629	33.554	32.181	(2.449)	(1.373)
IRRF	272.235	272.235	277.966	5.731	5.731
IPVA	25.707	15.262	47.844	22.137	32.581
IPTU/TLP	99.995	90.047	85.348	(14.647)	(4.699)
ITBI	29.534	34.348	37.547	8.013	3.199
ITCD	8.181	8.835	9.221	1.039	386
OUTRAS TAXAS	8.181	7.336	5.938	(2.243)	(1.398)
RECEITA TRIB TOTAL	1.179.420	1.280.876	1.288.001	108.580	7.125
DÍVIDA ATIVA	26.099	24.384	42.109	16.010	17.726
M/J DÍVIDA ATIVA	3.693	4.150	7.282	3.590	3.133
M/J TRIBUTOS	8.055	5.018	13.917	5.861	8.899
TOTAL OUTRAS REC	37.847	33.551	63.309	25.461	29.757
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.217.268	1.314.427	1.351.309	134.042	36.882

No acumulado do período de janeiro a setembro de 2017, ocorreu desvio negativo de realização frente à previsão mensal na ordem de R\$ 12,6 milhões, os principais desvios negativos ocorreram com o IRRF (-R\$ 265,5 milhões), o IPTU/TLP (-R\$ 58,0 milhões) e o Simples (-R\$ 26,0 milhões). Quanto aos desvios positivos, destacaram-se o ICMS (+R\$ 114,2) e o IPVA (+ R\$ 105,9 milhões).

Quanto à comparação da receita prevista acumulada no período de janeiro a setembro de 2017 para LOA/Programação Financeira em relação à receita realizada, houve déficit no montante de R\$ 818 milhões. Ressalte-se que as maiores frustrações de realização ocorreram no ICMS (-R\$ 539,4 milhões), IRRF (-R\$ 265,5 milhões) e no IPTU/TLP (-R\$ 87 milhões). No caso do ICMS, a projeção do PIB para 2017 mais otimista quando da época da elaboração da LOA (1,12% contra 0,32% utilizado na previsão mensal de setembro de 2017 - pesquisa Focus/BACEN) e o não ingresso até o momento de parte da receita prevista com o Fundo de Equilíbrio Fiscal do DF – FEF/DF contribuem para o desvio observado.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A SETEMBRO 2017					
	PREVISÃO MENSAL(A)	LOA/PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (B)	RECEITA REALIZADA (C)	(C-A)	(C-B)
ICMS	5.462.398	6.116.034	5.576.597	114.199	(539.437)
ISS	1.151.076	1.184.869	1.188.993	37.917	4.124
SIMPLES	297.706	299.761	271.678	(26.028)	(28.083)
IRRF	2.284.316	2.284.316	2.018.817	(265.499)	(265.499)
IPVA	829.294	909.814	935.230	105.936	25.416
IPTU/TLP	726.888	755.832	668.853	(58.035)	(86.979)
ITBI	273.807	279.131	264.628	(9.179)	(14.503)
ITCD	69.323	78.120	95.550	26.227	17.431
OUTRAS TAXAS	65.386	65.547	58.824	(6.562)	(6.723)
RECEITA TRIB TOTAL	11.160.195	11.973.425	11.079.171	(81.024)	(894.254)
DÍVIDA ATIVA	215.988	221.557	240.114	24.126	18.557
M/J DÍVIDA ATIVA	50.712	58.057	73.910	23.198	15.853
M/J TRIBUTOS	66.557	45.813	87.669	21.112	41.856
TOTAL OUTRAS REC	333.257	325.427	401.693	68.436	76.266
TOTAL DA ARRECAÇÃO	11.493.451	12.298.851	11.480.864	(12.588)	(817.988)

CENÁRIO MACROECONÔMICO

PIB

O Fundo Monetário Internacional (FMI) elevou a previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro para 0,7% neste ano, mesmo

percentual indicado pelo Banco Central (BC) no começo de outubro e 0,5 ponto percentual a mais em relação à projeção feita em abril passado pelo próprio FMI.

Para 2018, as projeções recentes indicam muita incerteza do FMI sobre o desempenho da economia brasileira. O FMI saiu de uma perspectiva de crescimento de 1,7%, em abril, quando contava fortemente com a aprovação da reforma da Previdência, para 1,3%, em julho, quando essa hipótese se tornou mais remota. Agora, a estimativa foi ajustada para 1,5%.

No último boletim Focus do BACEN (9/10), os analistas do mercado financeiro consultados continuam melhorando suas expectativas para o desempenho da economia e elevaram a projeção para o crescimento do PIB deste ano, estimando expansões de 0,70% em 2017 e de 2,43% em 2018 (há 4 semanas eram de 0,60% e 2,10%, respectivamente).

IPCA

Segundo dados divulgados em 6/10 pelo IBGE, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teve variação positiva de 0,16% no mês de setembro, indicando que a inflação desacelerou em relação a agosto, quando o índice foi de 0,19%.

Apesar de ser maior que a variação registrada em setembro de 2016 (0,08%), no ano o índice acumulou variação de 1,78%, bem abaixo dos 5,51% em igual período do ano passado. Foi a menor inflação acumulada até setembro desde 1998 (quando a inflação ficou em 1,42%), e nos últimos 12 meses o IPCA registrou alta de 2,54%, resultado ligeiramente superior aos 2,46% registrados nos 12 meses imediatamente anteriores. O índice, dessa forma, continua abaixo do piso da meta de inflação estipulada pelo governo, que é de 3% ao ano (1,5 ponto percentual abaixo do centro da meta, que é de 4,5% ao ano).

No Distrito Federal, de acordo com a pesquisa do IBGE, o índice teve variação mensal de 0,22%, acumulando alta de 7,05% nos últimos 12 meses (bem maior que a registrada para o Brasil, de 2,54%), decorrência principalmente das variações observadas nos grupos "alimentação e bebidas" (11,26%) e "saúde e cuidados pessoais" (10,25%).

No Boletim Focus (9/10), a previsão dos analistas consultados pelo BC para a variação do IPCA caiu de 3,04% há 4 semanas para 2,94% em 2017 e de 4,11% para 3,83% em 2018.

SELIC

Como a próxima reunião do Comitê de Política Monetária do Banco Central (Copom) será realizada em 24 e 25 de outubro, os juros básicos da economia (taxa Selic) permanecem em 8,25% ao ano, taxa decidida por unanimidade ao final da reunião de 06/9 (menor nível desde outubro de 2013, quando estava em 9% ao ano).

TAXA DE DESEMPREGO

Segundo dados divulgados em 29/9 pelo IBGE o desemprego ficou em 12,6% no trimestre encerrado em agosto. No período, o Brasil tinha 13,1 milhões de desempregados, uma queda de 4,8% em relação ao trimestre terminado em maio.

Os dados são da Pnad Contínua, pesquisa oficial sobre trabalho e rendimento do IBGE que, a cada trimestre, visita 211.344 domicílios em cerca de 3.500 municípios.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, porém, segundo o IBGE, em agosto deste ano havia 1,1 milhão de pessoas a mais sem emprego que no mesmo período do ano passado, um aumento de 9,1%.

No Distrito Federal a taxa de desemprego total diminuiu de 19,5% em julho para 18,7% em agosto, sendo estimado em 306 mil o número total de desempregados, redução de 14 mil pessoas em relação ao mês anterior. Os dados são da Pesquisa de Emprego e Desemprego no Distrito Federal (PED-DF), divulgada em 27/9 pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan).

Entre agosto de 2016 e agosto de 2017, a taxa de desemprego total aumentou, passando de 17,4% para 18,7%, tendo o contingente de desempregados aumentado em 38 mil pessoas. Nesse período o nível de ocupação aumentou 4,1% (ou 52 mil pessoas), resultado de acréscimos no Comércio (9,6%, ou 21 mil), nos Serviços (1,9%, ou 18 mil) e na Indústria de Transformação (22,5%, ou 9 mil). Houve decréscimos, por sua vez, na Administração Pública (-9,7%, ou -20 mil) e na Construção Civil (-1,7%, ou -1 mil).

ARRECAÇÃO DO ICMS

A receita do ICMS registrou no mês de setembro de 2017 ingressos de R\$ 646,2 milhões em valores correntes. No comparativo com o mesmo mês do ano precedente apurou-se acréscimo nominal de 6,5% e expansão real de 4,8%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE.

Quanto ao resultado acumulado do período de janeiro a setembro de 2017, a receita do ICMS alcançou o montante de R\$ 5.576,6 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 2,0%, mas decréscimo real de 1,3% em relação a igual período de 2016.

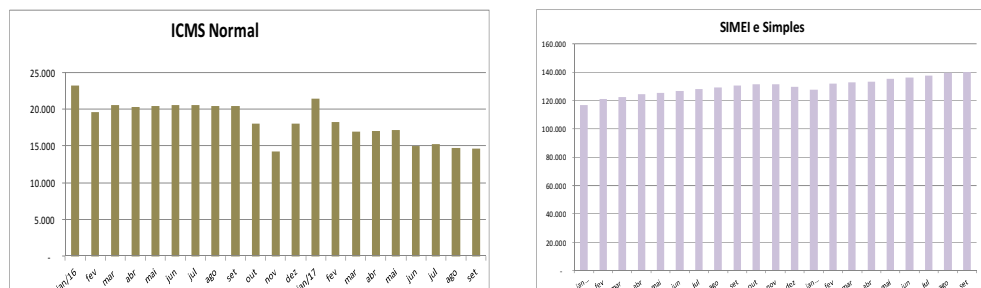
Em setembro de 2017, no Cadastro Fiscal do Distrito Federal havia 159.698 pessoas jurídicas ativas cadastradas no ICMS, segundo dados divulgados pela CCALT/SUREC. Após a involução de 892 contribuintes observada em junho, houve expansões de 1.260, 1.586 e 678 novas adesões em julho, agosto e setembro, respectivamente. Do total de inscritos, 87,8% estão enquadrados nos regimes simplificados do Simples Nacional e do SIMEI, com 47.279 e 92.972 contribuintes, respectivamente.

Em setembro, houve aumento de contribuintes do ICMS em todas as Agências de Atendimento, com destaque para Agências de Taguatinga e Brasília que registraram elevação de 201 e 124 contribuintes respectivamente.

SETEMBRO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ICMS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Reg. Especial Prod. Origem Animal	1	2	5	12	5	3		1		1	30
2) Regime Normal de Apuração	524	3.326	1.180	1.893	1.196	440	2.185	582	3.160	145	14.631
3) PRO-DF Logístico											-
4) Regime Especial de Refeições	5	205	6	116	1	2	53	2	49		439
5) Reg. Especial-Varejista Mat. Construção		1		13			1		5		20
6) Revendedor Porta-a-Porta				24							24
7) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.375	16.141	13.729		13.734	5.595	8.374	5.786	22.227	2.011	92.972
8) Simples Nacional - outras modalidades	2.182	11.701	4.804	18	4.802	1.996	6.103	2.376	12.634	663	47.279
9) Substituto Tributário-OUTRA UF				961							961
10) Telecomunicações-Centralizada				61							61
11) Telecomunicações - Centralizadora		1		7							8
12) Outra UF (E-Commerce)	7	13	9	3.227	5		2		5		3.268
13) Crédito Presumido-Serv Transporte				2			2		1		5
TOTAL	8.094	31.390	19.733	6.334	19.743	8.036	16.720	8.747	38.081	2.820	159.698
PARTICIPAÇÃO	5,07%	19,66%	12,36%	3,97%	12,36%	5,03%	10,47%	5,48%	23,85%	1,77%	100,00%
aumento mês atual sobre o mês anterior	0,42%	0,40%	0,28%	0,56%	0,47%	0,12%	0,57%	0,31%	0,53%	0,14%	0,43%

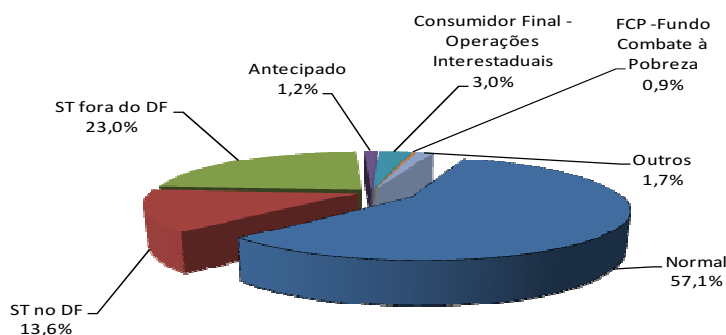
Fonte: CCALT/SUREC, em 30/09/2017.

Ademais, de acordo com as figuras a seguir, pode-se observar que ao longo do exercício de 2017 houve trajetória de queda no quadro de contribuintes do regime de apuração Normal e aumento dos optantes pelos regimes simplificados SIMEI e Simples Nacional.



Analisando a composição do ICMS por situação de recolhimento em setembro de 2017, constata-se que a maior participação no total da receita do imposto continua sendo do Regime Normal, com 57,1%, seguido do total da Substituição Tributária fora e no DF, com 36,6%, esse conjunto representando 93,7% da receita total do imposto.

ICMS por Situação de Recolhimento setembro de 2017



Delineando o acréscimo real de R\$ 29,5 milhões na receita total do ICMS em setembro de 2017 na comparação com setembro de 2016 pelos principais itens de receita do tributo, observa-se que houve aumento real nas substituições tributárias internas e externas (+25,7 milhões), seguido de Consumidor Final – Operações Interestaduais (+4,9 milhões) e ICMS normal (+2,4 milhões). Porém, registrou-se expressiva queda no Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCP (-R\$ 3,5 milhões) e perda no ICMS Antecipado (-R\$ 1,9 milhão).

ICMS: ARRECAÇÃO POR ORIGEM DE RECOLHIMENTO ¹						
ITEM	Valores Reais (em R\$ mil)				variação real mensal (em %)	Composição da arrecadação (set/17)
	set/17	jan -set/17	set/16	jan -set/16		
Normal	369.085	3.243.597	366.691	3.498.315	0,7%	57,1%
ST no DF	88.035	776.998	78.534	694.077	12,1%	13,6%
ST fora do DF	148.710	1.213.799	132.467	1.107.560	12,3%	23,0%
Antecipado	8.055	62.922	9.946	114.556	-19,0%	1,2%
Consumidor Final - Operações Interestaduais	19.504	164.231	14.567	109.869	33,9%	3,0%
FCP ²	1.900	40.689	5.376	46.026	-64,7%	0,3%
Outros ³	10.943	85.026	9.121	88.334	20,0%	1,7%
Total da Arrecadação	646.233	5.587.262	616.702	5.658.737	4,8%	100,0%

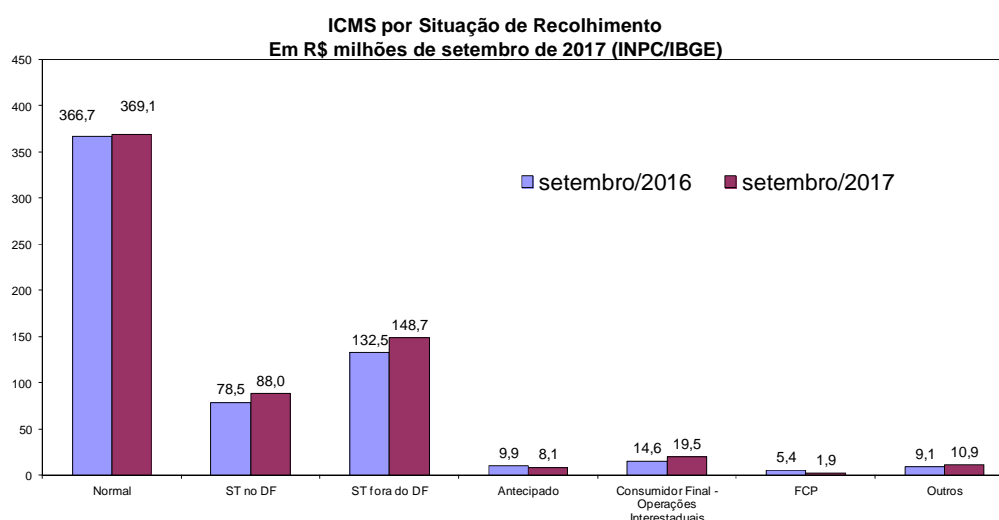
Fonte: Dados SIGGO e QlikView para FCP e Consumidor Final - Operações Interestaduais

Notas: 1. Apuração com base no INPC/IBGE.

2. FCP - Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

3. Outros = Importação, Auto de Infração, LC 52/97, energia elétrica, transporte e comunicação.

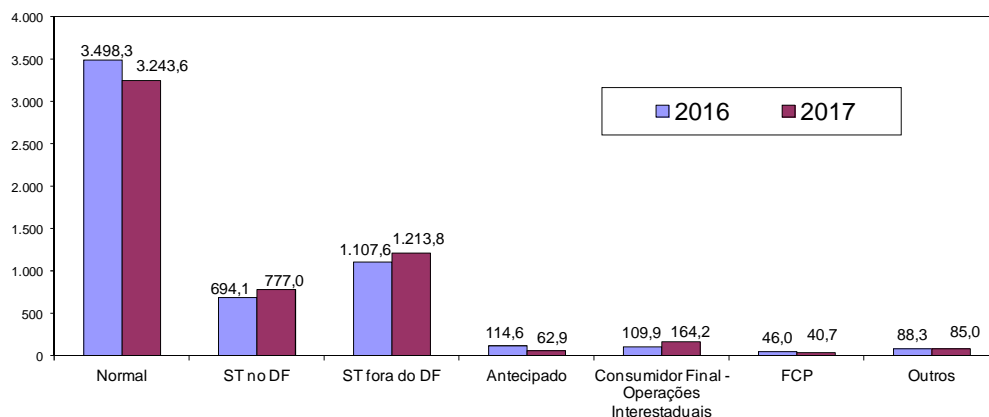
A figura abaixo ilustra a comparação da arrecadação do ICMS por modalidade de recolhimento no mês de setembro de 2017 com igual mês de 2016.



Quanto à análise acumulada no ano de 2017, o decréscimo real do ICMS totalizou R\$ 71,5 milhões, na comparação com correspondente período de 2016. Alinhado com o comportamento apresentado na apuração mensal, constataram-se perdas reais no ICMS Normal (-R\$ 254,7 milhões), Antecipado (-R\$ 51,6 milhões) e Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCP (-R\$ 5,3 milhões). Em contrapartida, contabilizaram expansões as modalidades Substituição Tributária Fora do DF (+R\$ 106,2 milhões), Substituição Tributária Interna do DF (+R\$ 83,0 milhões) e Consumidor Final para Operações Interestaduais referentes ao Comércio Eletrônico (+R\$ 54,4 milhões).

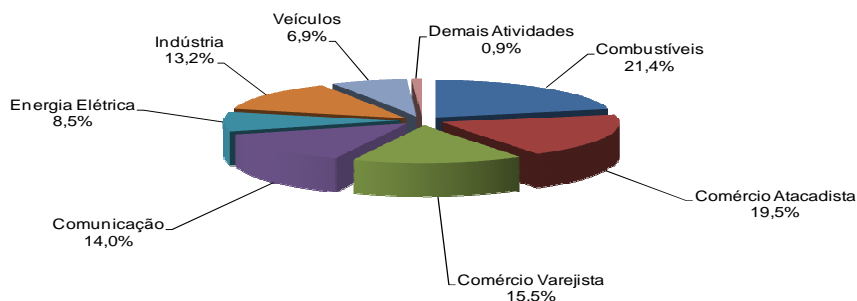
A figura seguinte ilustra a comparação acumulada no período de janeiro a setembro de 2017 frente a igual período de 2016.

ICMS acumulado por Situação de Recolhimento
Em R\$ milhões de janeiro a setembro de 2017 (INPC/IBGE)



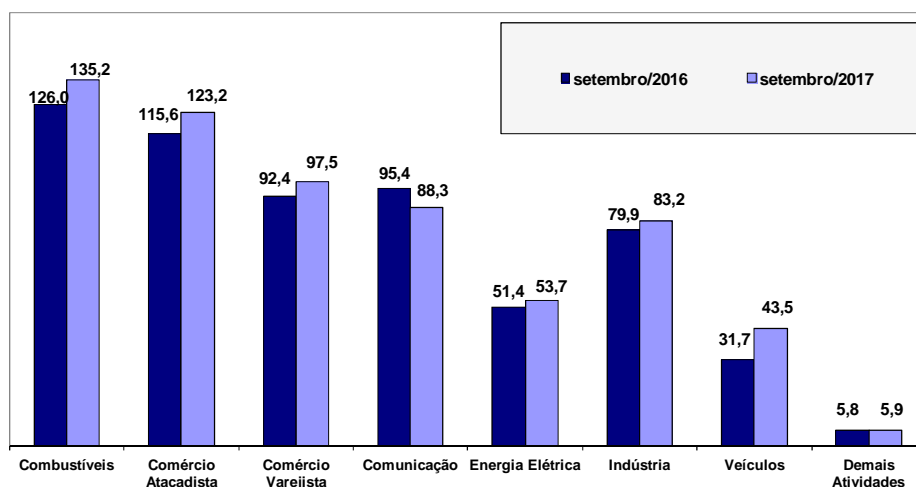
No corte do total do ICMS pelas principais atividades econômicas em setembro de 2017, observa-se que os setores mais representativos foram Combustíveis com participação de 21,4%, seguido pelos Comércios Atacadista e Varejista e Comunicação, com 19,5%, 15,5% e 14,0%, respectivamente.

ICMS por Atividade Econômica
setembro de 2017



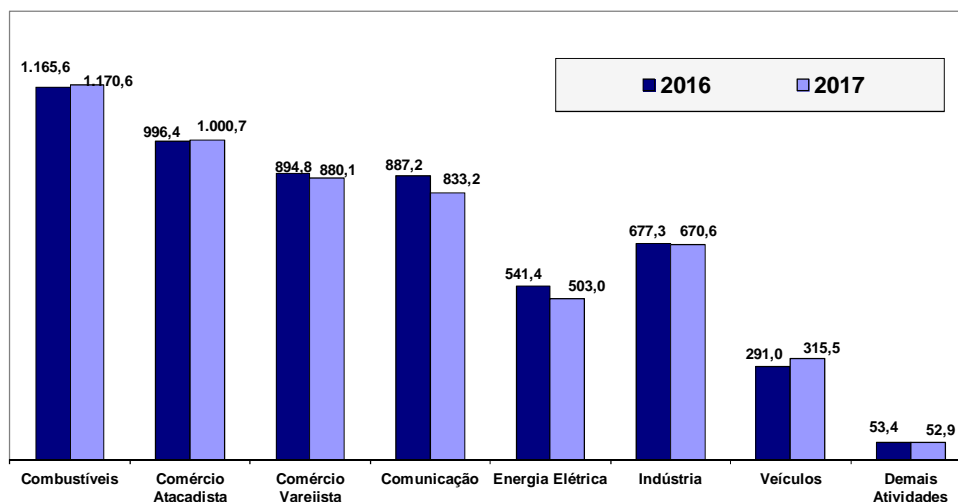
Na avaliação do desempenho real da receita de setembro de 2017 frente a correspondente mês de 2016, depreende-se que os aumentos contabilizados nos segmentos de maior representatividade na receita do ICMS acabaram por determinar o desempenho positivo do imposto. Dentre as principais evoluções destacam-se as registradas em Veículos (+R\$ 11,8 milhões), Combustíveis (+R\$ 9,1 milhões) e Comércio Atacadista (+R\$ 7,6 milhões). Por outro lado, contabilizou-se forte retração real o segmento de Comunicação (-R\$ 7,1 milhões)

ICMS por Atividade Econômica
Em R\$ milhões de setembro/2017 (INPC/IBGE)



Quanto ao desempenho acumulado para o período de janeiro a setembro de 2017 em relação a igual período de 2016, houve acréscimos de arrecadação nos segmentos Veículos (+R\$ 24,5 milhões), Combustíveis (+R\$ 5,0 milhões) e Comércio Atacadista (+R\$ 4,3 milhões). As maiores perdas reais se deram em Comunicação (-R\$ 54,0 milhões), Energia Elétrica (38,3 milhões) e Comércio Varejista (-R\$ 14,8 milhões). A figura seguinte ilustra a comparação acumulada.

**ICMS por Atividade Econômica
2017 contra 2016 (acumulado de jan a set)
Em R\$ milhões de setembro/2017 (INPC/IBGE)**



A tabela abaixo resume a arrecadação do ICMS por atividade econômica, apresentando as arrecadações em valores reais para os meses de setembro de 2017 e de 2016, bem como os resultados acumulados dos períodos de janeiro a setembro de 2017 e de 2016; suas variações reais, mensal e acumulada; e a composição da arrecadação em setembro de 2017.

ICMS: ARRECADAÇÃO POR ATIVIDADES SELECIONADAS ¹							
ITEM	Valores Reais ² (em R\$ mil)				variação real (em %)		Composição da arrecadação (setembro/2017)
	set/17		jan-set/17		set/17	jan-set/17	
	set/17	jan-set/17	set/16	jan-set/16	set/16	jan-set/16	
Combustíveis	135.160	1.170.569	126.017	1.165.610	7,3%	0,4%	21,4%
Comércio Atacadista	123.204	1.000.690	115.604	996.424	6,6%	0,4%	19,5%
Comércio Varejista	97.511	880.060	92.407	894.821	5,5%	-1,6%	15,5%
Comunicação	88.285	833.164	95.372	887.202	-7,4%	-6,1%	14,0%
Energia Elétrica	53.682	503.042	51.446	541.371	4,3%	-7,1%	8,5%
Indústria	83.239	670.557	79.942	677.263	4,1%	-1,0%	13,2%
Veículos	43.488	315.481	31.725	290.980	37,1%	8,4%	6,9%
Demais Atividades	5.853	52.931	5.831	53.449	0,4%	-1,0%	0,9%
TOTAL	630.421	5.426.495	598.343	5.507.119	5,4%	-1,5%	100,0%

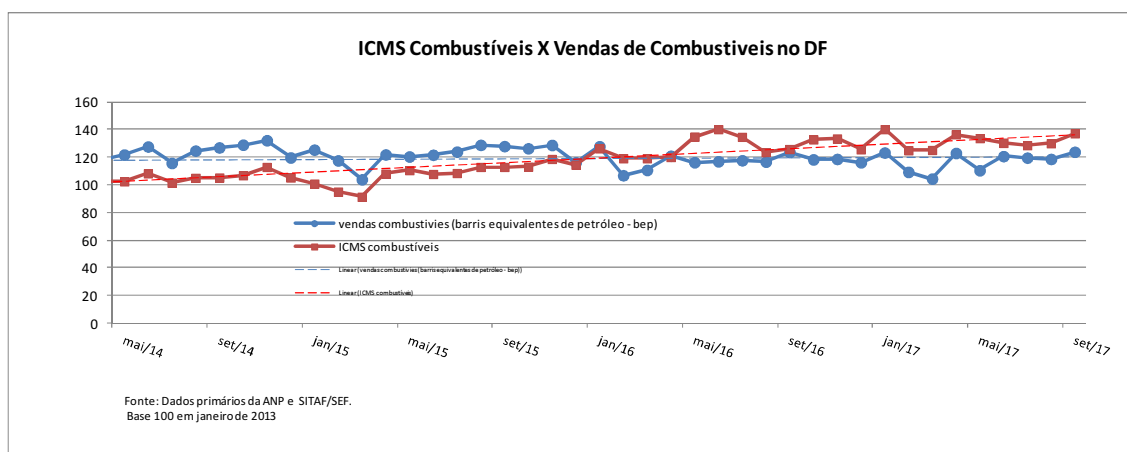
Fonte: SITAF.
Notas: 1. Valores sem incentivado.
2. Apuração com base no INPC/IBGE.

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO PERANTE O CENÁRIO ECONÔMICO

Combustíveis

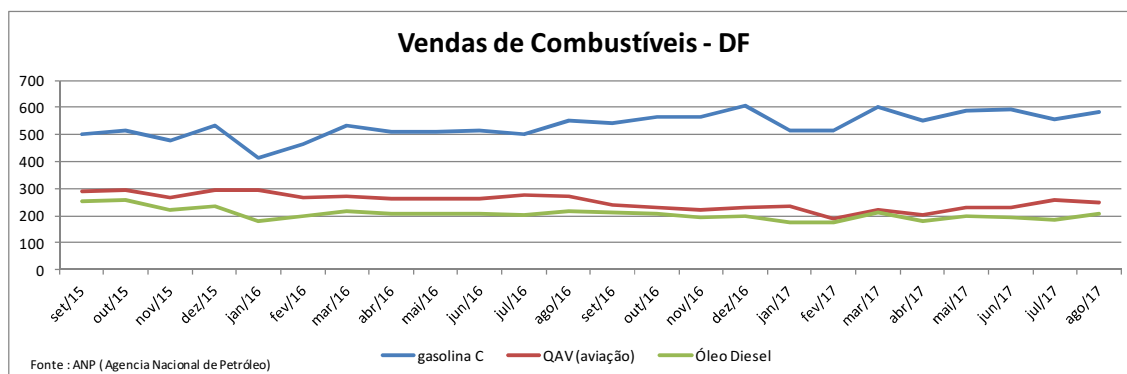
Para a avaliação do segmento de combustíveis no Distrito Federal, tomaram-se como base as vendas de derivados de petróleo pelas distribuidoras, conforme publicação da Agência Nacional do Petróleo – ANP.

Assim foram construídos números-índice das séries de ICMS combustíveis e venda de combustíveis totais. Para o mês de setembro em relação ao mês precedente, observam-se quedas tanto na venda de combustíveis quanto para a arrecadação do ICMS, essa última pela terceira vez consecutiva, em que pese os sucessivos aumentos nos preços de combustíveis cobrados nas refinarias.



Quanto à arrecadação do ICMS do setor no Distrito Federal, conforme tabela supramencionada da arrecadação do ICMS por atividades selecionadas, o resultado é aumento real de 7,3% para o mês de setembro de 2017 e incremento de 0,4% no desempenho acumulado de 2017.

Delineando o comércio de combustíveis no Distrito Federal ao longo dos últimos meses, observa-se de acordo com a ilustração abaixo relativa estabilidade nas vendas de Gasolina C ao redor de 550 mil barris; assim como para Óleo Diesel em valores próximos a 200 mil barris. Já para QAV Aviação, as vendas apresentaram leve aumento desde fevereiro de 2017.

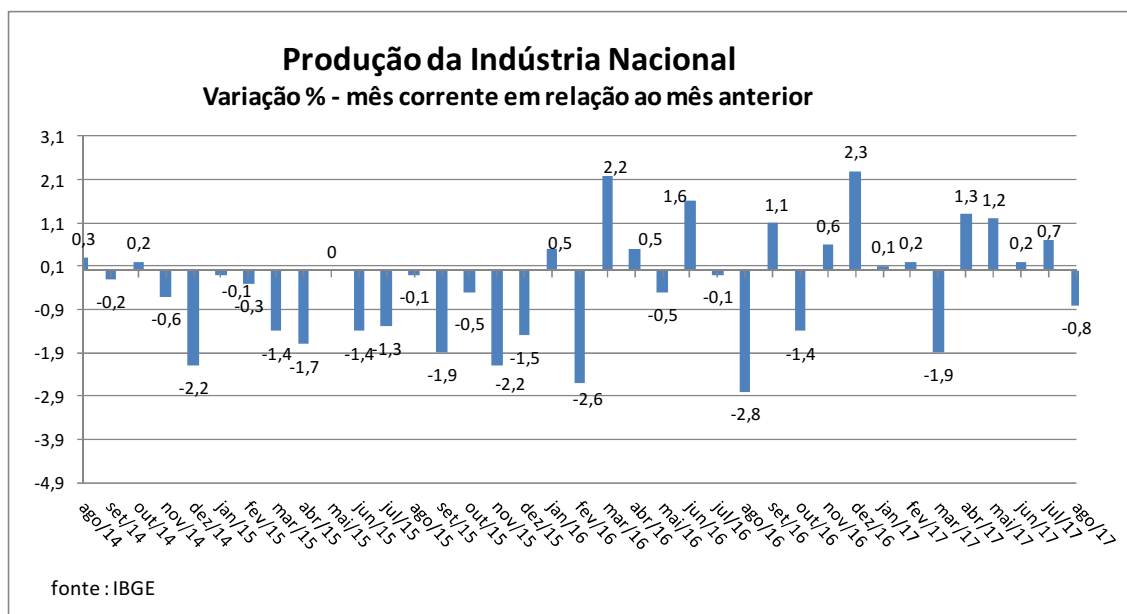


Indústria

De acordo com dados divulgados pelo IBGE em 3/10/17, a produção industrial brasileira sofreu redução de 0,8% frente ao mês anterior, na série livre de influências sazonais, interrompendo, dessa forma, quatro meses consecutivos de expansão na produção, período em que acumulou ganho de 3,3%. No acumulado dos oito meses de 2017, o setor industrial assinalou acréscimo de 1,5%. A taxa anualizada, indicador acumulado nos últimos doze meses, prosseguiu com a redução no ritmo de queda iniciada em junho de 2016 (-9,7%).

A queda de 0,8% da atividade industrial na passagem de julho para agosto de 2017 mostrou taxas negativas em duas das quatro grandes categorias econômicas e em 8 dos 24 ramos pesquisados. Entre os setores, a principal influência negativa foi registrada por produtos alimentícios, que recuou 5,5%, interrompendo três meses consecutivos de expansão na produção, período em que acumulou ganho de 9,3%. Entre os 16 ramos que ampliaram a produção nesse mês, os desempenhos de maior relevância para a média global foram assinalados por veículos automotores, reboques e carrocerias (6,2%) e perfumaria, produtos de limpeza e de higiene pessoal (5,5%). O segmento de bens de consumo duráveis, que cresceu 2,9% em julho, avançou 4,1% e assinalou a expansão mais acentuada em agosto de 2017.

Mais uma vez a publicação do IBGE chamou a atenção para a expansão observada no grupamento de alimentos e bebidas elaborados para consumo doméstico (4,0%), que inclui cervejas e chope, produtos de grande peso na indústria do Distrito Federal.

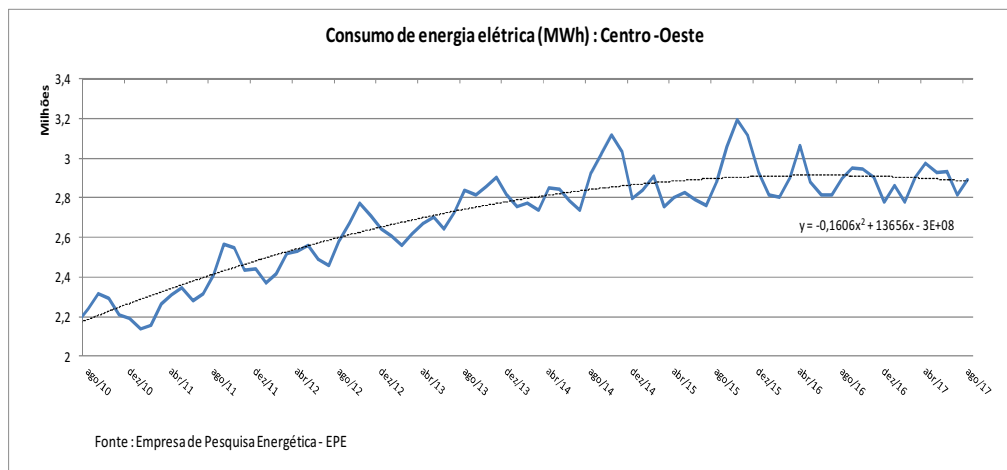


Quanto à arrecadação do ICMS Indústria no Distrito Federal, o resultado do mês de setembro de 2017 foi de acréscimo de 4,1% na comparação com o mesmo mês em 2016, e queda de 1,0% no resultado acumulado do período de janeiro a setembro de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016, números alinhados aos dados nacionais.

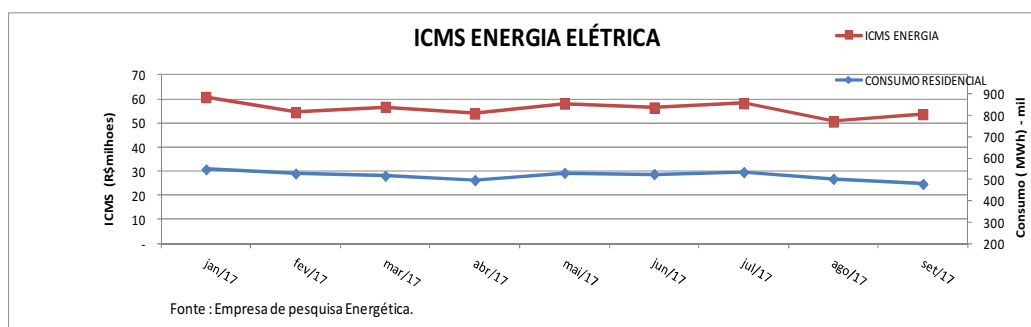
Energia Elétrica

Na Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica divulgada em 02/10/17, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) relatou que o consumo de energia elétrica na rede no mês de agosto em todo o Brasil teve redução de apenas 0,1% em relação a igual mês de 2016, não havendo variação no acumulado deste ano até agosto em relação ao mesmo período de 2016. Todavia, enquanto na região Centro-Oeste o consumo apresentou a mesma discreta variação negativa (-0,1%), nessa publicação a eletricidade consumida pela classe comercial foi destacada para o Distrito Federal com queda de 6,3%.

Na classe residencial, embora tenha havido elevação do consumo no Centro Oeste (2,2%), entre os quatro estados apenas o Distrito Federal apresentou redução do consumo (-4,7%).



Para o Distrito Federal, com enfoque no segmento de maior relevância, ou seja, o residencial, observa-se para agosto queda substancial no nível de consumo, registrando-se o pior patamar de 2017, contudo no que tange ao desempenho da arrecadação do ICMS para o setor, contabilizou-se aumento em setembro, porém ainda apresentando involução em 2017 frente a 2016.



Veículos

A venda de carros comerciais leves, caminhões e ônibus novos no Brasil cresceu 17,75% em agosto, na comparação com o mesmo mês de 2016. Em números, foram emplacados 216.534 veículos, contra 183.887 em agosto do ano passado, conforme dados divulgados em 1º/9 pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos (Fenabrave), associação que representa as concessionárias. Considerando os oito primeiros meses de 2017, as vendas apresentam alta de 5,33%, com 1,42 milhão de unidades, ante 1,34 milhão do período de janeiro a agosto de 2016, sendo esse o melhor resultado registrado em 2017.

Com base nesse resultado a Anfavea, entidade que representa a indústria nacional de veículos, elevou de 4% para 7,3% a estimativa de crescimento

nos emplacamentos de veículos, entre carros de passeio, utilitários leves, caminhões e ônibus.

No Distrito Federal, de acordo com pesquisa mensal divulgada pelo Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos do Distrito Federal (Sincodiv-DF), entidade que conta com 60 associados totalizando 136 concessionárias, foram comercializadas 6.115 unidades (automóveis, camionetas, caminhões, micro-ônibus e ônibus) ante 5.355 em julho (aumento de 14,21%), sendo de 4,53% o acréscimo sobre igual período de 2016.

Quanto à arrecadação do ICMS Veículos no Distrito Federal, o resultado do mês de setembro de 2017 foi de acréscimo de 37,1% na comparação com o mesmo mês em 2016, acompanhando o aumento das vendas, e acréscimo de 8,4% no resultado acumulado do período de janeiro a setembro de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

Vendas No Varejo

Em agosto de 2017, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) divulgada em 11/10/17 pelo IBGE, o comércio varejista nacional registrou variação negativa de 0,5% em volume de vendas e de 0,1% em receita nominal, ambas frente ao mês imediatamente anterior, livres de influências sazonais. Na série de volume, o resultado de agosto ocorreu após quatro meses consecutivos de crescimento nas vendas, período que acumulou ganho de 2,1%.

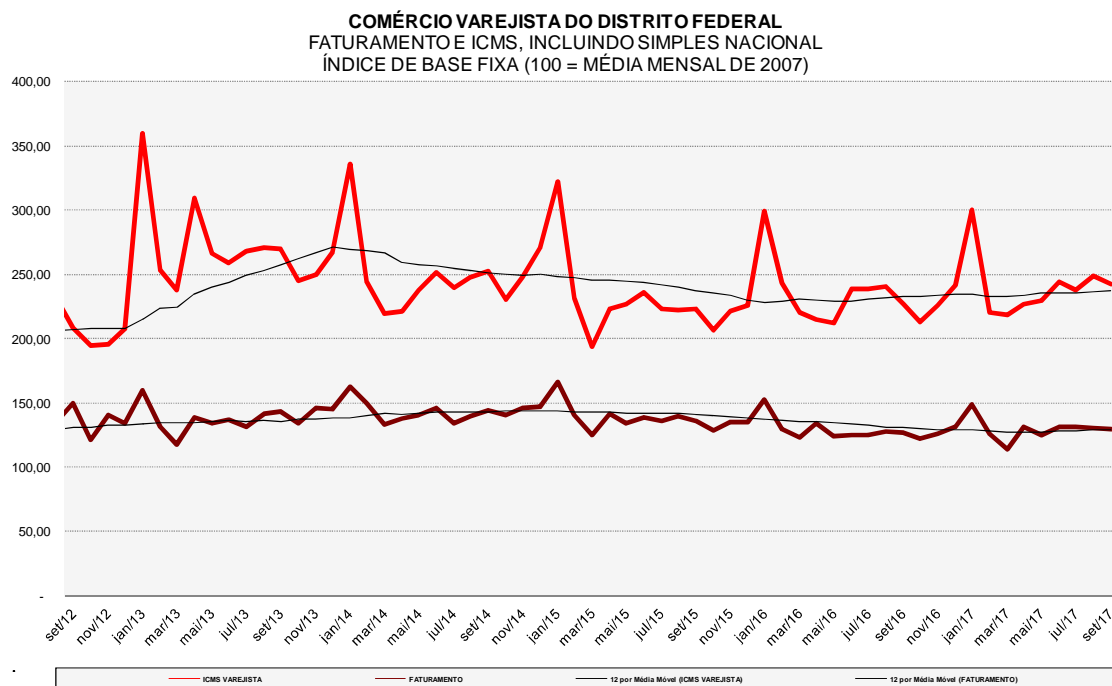
Com esse resultado, o total das vendas encontra-se 9,3% abaixo do nível recorde alcançado em novembro de 2014. A média das projeções de 23 consultorias e instituições financeiras consultadas pelo jornal Valor Econômico era avanço de 0,1% nas vendas varejistas no período, variando de queda de 0,9% a elevação de 0,9%.

No Distrito Federal, entretanto, segundo a publicação do IBGE, observou-se variação de -4,0% do Volume de Vendas do Varejo contra igual mês do ano anterior, de -7,1% no acumulado do ano e de -7,4% no acumulado dos últimos 12 meses, sendo esta a segunda pior variação entre as Unidades Federadas. Na publicação são destacadas as quedas no volume de vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (- 24,2%) e hipermercados e supermercados (- 17,6%), enquanto os segmentos de móveis, de material de construção e “veículos, motocicletas, partes e peças” tiveram altas de 47,5%, 29,4% e 24,4%, respectivamente, ante o mês anterior.

Varição de receita nominal de vendas no comércio varejista ampliado			
Atividades	Mês(%)	Ano(%)	12 Meses(%)
Material de construção	29,4	24,9	15,3
Móveis	47,5	15,1	4,0
Veículos, motocicletas, partes e peças	24,4	19,9	9,6
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-24,2	6,6	11,4
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	7,3	-0,9	-4,4
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,0	1,1	-0,5
Tecidos, vestuário e calçados	-3,5	0,1	-1,5
Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,9	-4,9	-8,6
Eletrodomésticos	9,7	-1,7	-3,7
Combustíveis e lubrificantes	-8,6	-9,1	-6,6
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-14,4	-18,0	-16,1
TOTAL	7,5	3,6	-0,6
Fonte : PMC IBGE			

Quanto à arrecadação do ICMS Comércio Varejista no Distrito Federal, o resultado do mês de setembro de 2017 foi aumento de 5,5% na comparação com o mesmo mês em 2016, e decréscimo de 1,6% no resultado acumulado do período de janeiro a setembro de 2017 na comparação com o mesmo período de 2016.

Conforme gráfico apresentado abaixo, a curva de arrecadação do ICMS no Distrito Federal mostrou leve queda em setembro de 2017, enquanto que o faturamento apresentou-se estável. Na ampliação da análise, considerando a média móvel de doze períodos, depreende-se que a partir de 2016 a receita do ICMS varejo apresenta pequena ascensão, ao passo que a receita nominal de vendas reporta suave declínio.



ICMS Brasil

A arrecadação do ICMS, incluindo dívida ativa, multas e juros e simples nacional, em nível nacional apresentou aumento real de 0,58% no período de janeiro a setembro de 2017 comparado com o mesmo período de 2016. Nessa mesma comparação, o Distrito Federal apresentou decréscimo de 2,98%, ocupando a 24ª posição no ranking dos melhores desempenhos dentre as 27 Unidades Federadas. Na Região Centro-Oeste, o DF apresentou a segunda pior posição, conforme tabela a seguir.

ICMS Acumulado de Janeiro a Agosto (em R\$ milhões de agosto/2017 - INPC/IBGE)

UF	UNIDADE FEDERADA	2016	2017	Varição (em %)	
1º	RN	Rio Grande do Norte	3.078,1	3.398,3	10,40%
2º	SC	Santa Catarina	12.050,1	12.725,0	5,60%
3º	AM	Amazonas	4.850,4	5.085,1	4,84%
4º	MT	Mato Grosso	6.532,0	6.812,0	4,29%
5º	MG	Minas Gerais	28.494,5	29.551,3	3,71%
6º	BA	Bahia	13.227,9	13.637,1	3,09%
7º	AP	Amapá	479,9	494,5	3,03%
8º	CE	Ceará	7.080,6	7.268,3	2,65%
9º	AC	Acre	691,7	709,4	2,56%
10º	PI	Piauí	2.369,2	2.421,6	2,21%
11º	PE	Pernambuco	9.162,0	9.322,2	1,75%
12º	RR	Roraima	469,8	477,2	1,57%
13º	SE	Sergipe	2.071,7	2.096,9	1,22%
14º	RO	Rondônia	2.174,3	2.195,9	0,99%
15º	PB	Paraíba	3.340,0	3.372,1	0,96%
16º	SP	São Paulo	86.123,2	86.449,9	0,38%
17º	TO	Tocantins	1.621,9	1.626,8	0,30%
18º	GO	Goiás	9.713,7	9.741,4	0,28%
19º	RS	Rio Grande do Sul	21.026,0	21.063,0	0,18%
20º	MA	Maranhão	4.036,3	4.027,4	-0,22%
21º	PR	Paraná	19.941,1	19.884,0	-0,29%
22º	AL	Alagoas	2.417,6	2.377,6	-1,65%
23º	MS	Mato Grosso do Sul	5.578,7	5.445,3	-2,39%
24º	DF	Distrito Federal	5.325,6	5.167,0	-2,98%
25º	ES	Espírito Santo	6.172,5	5.984,6	-3,04%
26º	PA	Pará	6.946,2	6.644,9	-4,34%
27º	RJ	Rio de Janeiro	22.621,1	21.288,7	-5,89%
BRASIL			287.596,2	289.267,7	0,58%

Fonte: SEF-DF e COTEPE/CONFAZ/MF.

Nota: Os valores não informados pelas UFs foram substituídos por médias aritméticas simples.

ARRECAÇÃO DO REGIME SIMPLIFICADO

Os ingressos provenientes do Simples Nacional em setembro de 2017 totalizaram R\$ 32,1 milhões, que representa um acréscimo de 2,5% em relação ao mês precedente. No mesmo período, houve acréscimos de 0,7% para o ICMS e de 4,9% para o ISS.

ARRECAÇÃO SIMPLES NACIONAL - ÚLTIMOS 6 MESES					
Mês/Ano	ICMS		ISS		Total da Arrecadação (em R\$)
	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	Valor (em R\$)	Nº de Contribuintes	
Abril/2017	16.237.489,67	133.626	12.883.705,09	129.533	29.121.194,76
Maio/2017	16.708.899,32	135.212	12.590.670,98	131.484	29.299.570,30
Junho/2017	16.397.095,99	136.413	12.078.087,53	132.815	28.475.183,52
Julho/2017	17.081.241,65	137.444	13.860.765,54	134.069	30.942.007,19
Agosto/2017	17.743.768,28	139.447	13.594.102,17	136.796	31.337.870,45
Setembro/2017	17.863.308,83	140.251	14.262.152,27	138.109	32.125.461,10

Nota: Nº de contribuintes inclui SIMEI.

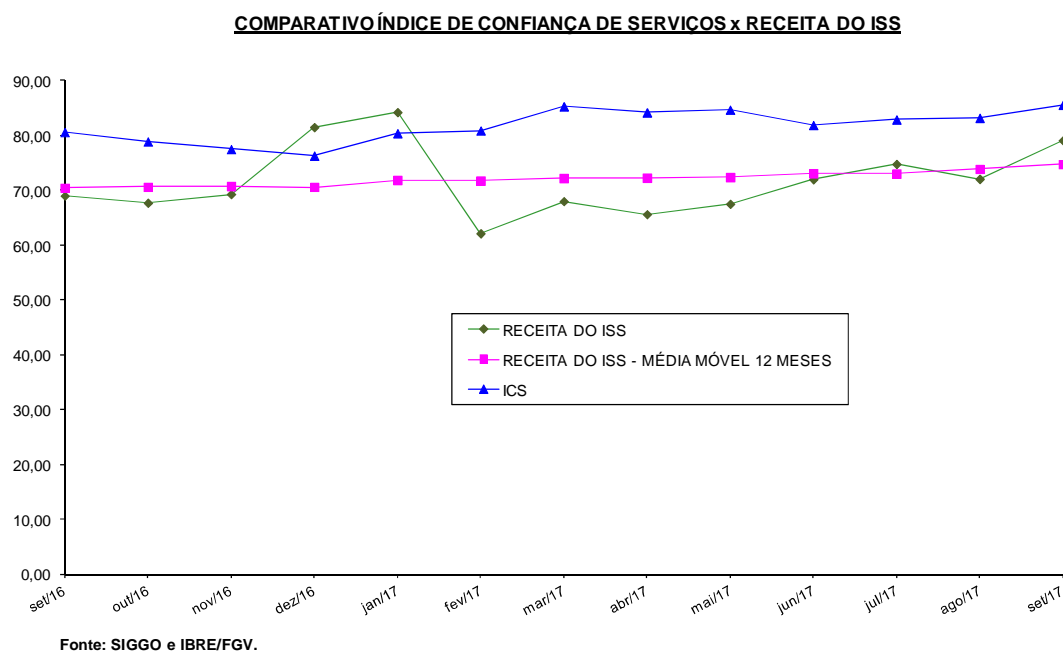
ARRECAÇÃO DO ISS

No mês de setembro de 2017, a receita do Imposto Sobre Serviços (ISS) contabilizou o montante de R\$ 145,7 milhões em valores correntes. No confronto com os recolhimentos contabilizados no mesmo mês do ano anterior apurou-se um acréscimo nominal de 14,6% na arrecadação, correspondente a um ganho real de 12,8%.

No período de janeiro a setembro de 2017, a receita do ISS alcançou o montante de R\$ 1.189,0 milhões em valores correntes, resultando em aumento nominal de 8,0% e ganho real de 4,6%.

Em ambas as comparações reais, utilizou-se o INPC/IBGE como fator de ajuste monetário.

O Índice de Confiança de Serviços – ICS, medido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, avalia a tendência de curto prazo e o comportamento das empresas do setor de serviços, com abrangência nacional. O gráfico a seguir traz o comportamento deste indicador, até setembro de 2017, frente à arrecadação de ISS do Distrito Federal.



A alta da demanda atual, aliada à expectativa mais favorável para contratação de novos profissionais, motivou a elevação do ICS em 2,4 pontos entre os meses de agosto e setembro. Com efeito, o ICS alcançou o patamar de 85,6 pontos, o maior patamar desde dezembro de 2014, conforme dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Vale salientar que desde novembro de 2015 a classificação setorial das sondagens de tendências do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (FGV/IBRE), passou a ser determinada pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas em sua versão 2.0 (CNAE 2.0, IBGE). Todas as informações contidas nos relatórios emitidos pela FGV/IBRE, referente ao setorial das sondagens de tendências, são ajustadas por sazonalidade, exceto quando expressamente indicado. E, também, as séries históricas com ajuste sazonal foram revisadas em fevereiro de 2017, considerando todos os dados disponíveis.

No mês de setembro de 2017, o cadastro fiscal do DF registrou 166.973 contribuintes ativos com atividade do ISS, classificados de acordo com a tabela a seguir.

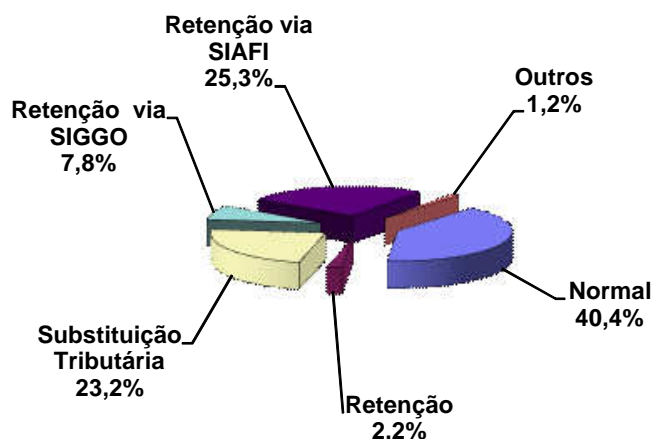
SETEMBRO DE 2017											
NOME DO REGIME DO ISS	AGÊNCIAS DE ATENDIMENTO DA RECEITA										
	AGBAN	AGBRA	AGCEI	AGEMP	AGGAM	AGPLA	AGSIA	AGSOR	AGTAG	PBRAZ	TOTAL
1) Regime Normal de Apuração	769	11.317	1.185	2.254	1.222	363	3.976	724	5.032	125	26.967
2) Substituto Tributário Interno -ISS		3		39							42
3) PRO-DF Logístico											0
4) SIMEI - Microempreendedor Individual	5.317	17.531	12.791		12.832	4.673	8.360	5.745	21.465	1.793	90.507
5) SIMPLES NACIONAL	2.167	15.490	3.664	14	3.686	1.329	6.382	2.138	12.265	467	47.602
6) Sociedades Uniprofissionais	2	794	6	7	4	1	64	5	71	1	955
7) Substituto Tributário - ISS (OUTRA UF)				1							1
8) Telecom/Energia Elétrica - Centralizada				54							54
9) Telecom/Energia Elétrica - Centralizadora		1		7							8
10) Outra UF (E-Commerce)	4	9	2	756	4		1			2	778
11) Outra UF - Prestação de Serviço no DF		1		57						1	59
TOTAL	8.259	45.146	17.648	3.189	17.748	6.366	18.783	8.612	38.835	2.387	166.973
PARTICIPAÇÃO	4,95%	27,04%	10,57%	1,91%	10,63%	3,81%	11,25%	5,16%	23,26%	1,43%	100,00%

No comparativo com o mês anterior houve um aumento de 1.160 inscrições no total de contribuintes do ISS, com destaque para o regime do SIMEI - Microempreendedor Individual e para o regime do Simples Nacional, que obtiveram 736 e 577 novas inscrições, respectivamente.

Em termos de participação por localidade, 27,0% do total de inscritos encontram-se na circunscrição de Brasília, 23,3% na circunscrição de Taguatinga e 49,7% nas demais localidades. Do total de inscrições, 54,2% estão no SIMEI, 28,5% no Simples Nacional, 16,2% no Regime Normal de Apuração e apenas 1,2% nas demais modalidades.

Na avaliação das principais modalidades de recolhimento do ISS em setembro de 2017, o ISS Normal respondeu por 40,4% dos ingressos do imposto, a Retenção via SIAFI por 25,3% e a Substituição Tributária por 23,2%.

ISS por Situação de Recolhimento setembro de 2017



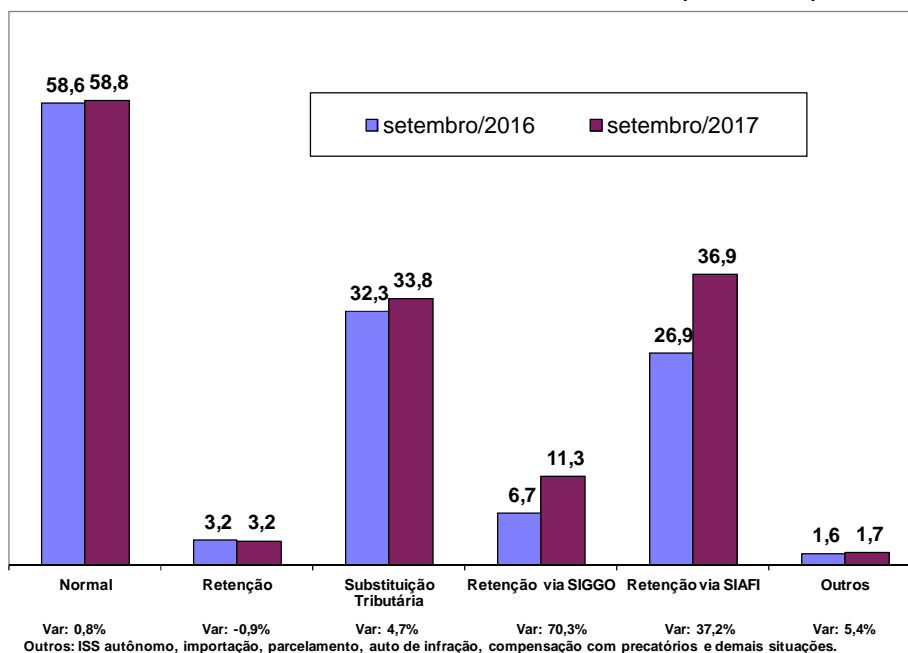
Verifica-se na tabela abaixo que no período de janeiro a setembro de 2017, em comparação com igual período do ano anterior, ocorreu aumento real de arrecadação de ISS nas modalidades de recolhimento Normal, Retenção, Retenção via SIAFI, Retenção via SIGGO e Outros, sendo a modalidade Substituição Tributária a única a apresentar queda.

ARRECAÇÃO DO ISS POR SITUAÇÃO DE RECOLHIMENTO							
ISS	Valores Reais (em R\$ mil)				Variação Real ¹ (em%)		Composição da arrecadação (set-17)
	set/16		jan-set/16		set/17	jan-set/17	
	set/16	jan-set/16	set/17	jan-set/17	set/16	jan-set/16	
Normal	58.562	493.178	58.848	504.281	0,5%	2,3%	40,4%
Retenção	3.236	26.666	3.206	27.502	-0,9%	3,1%	2,2%
Substituição Tributária	32.264	294.555	33.789	294.372	4,7%	-0,1%	23,2%
Retenção via SIGGO	6.656	86.741	11.336	94.479	70,3%	8,9%	7,8%
Retenção via SIAFI	26.864	220.840	36.865	246.928	37,2%	11,8%	25,3%
Outros	1.593	17.237	1.679	23.748	5,4%	37,8%	1,2%
Total da Arrecadação	129.176	1.139.217	145.723	1.191.311	12,8%	4,6%	100,00%

Fonte: SIGGO
1:Apuração com base no INPC/IBGE.

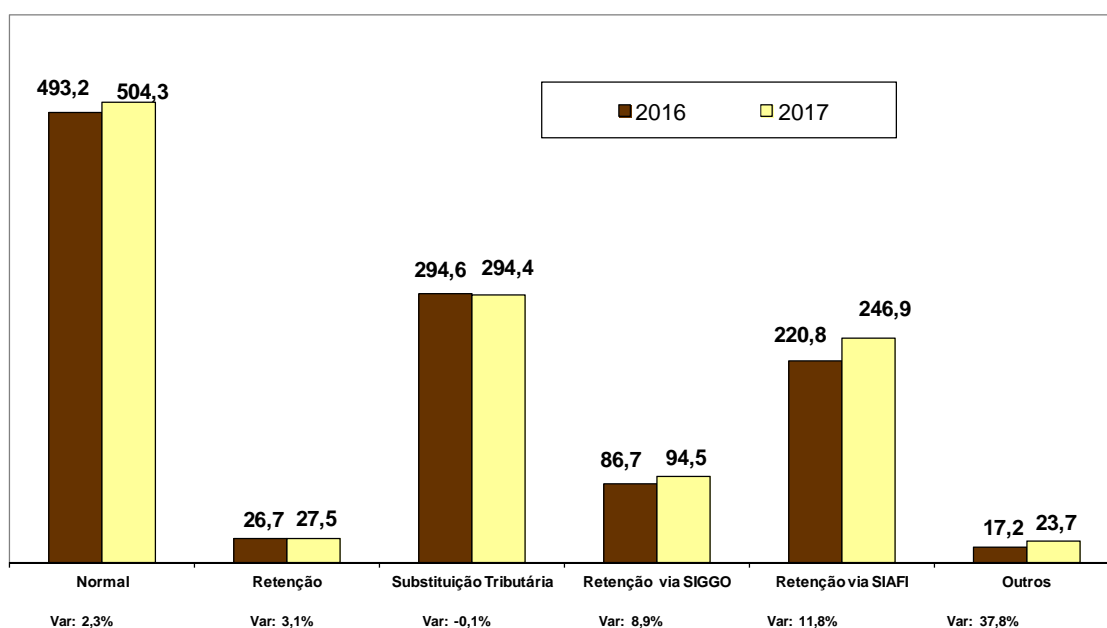
Com relação ao aumento real do ISS de R\$ 16,5 milhões em setembro de 2017 em comparação com setembro de 2016, verifica-se no gráfico abaixo que este ocorreu principalmente em decorrência dos aumentos observados nas Retenções via SIAFI (+R\$ 10,0 milhões) e Retenção via SIGGO (+R\$ 4,6 milhões).

ISS por situação de recolhimento
Em R\$ milhões de setembro/2017 (INPC/IBGE)

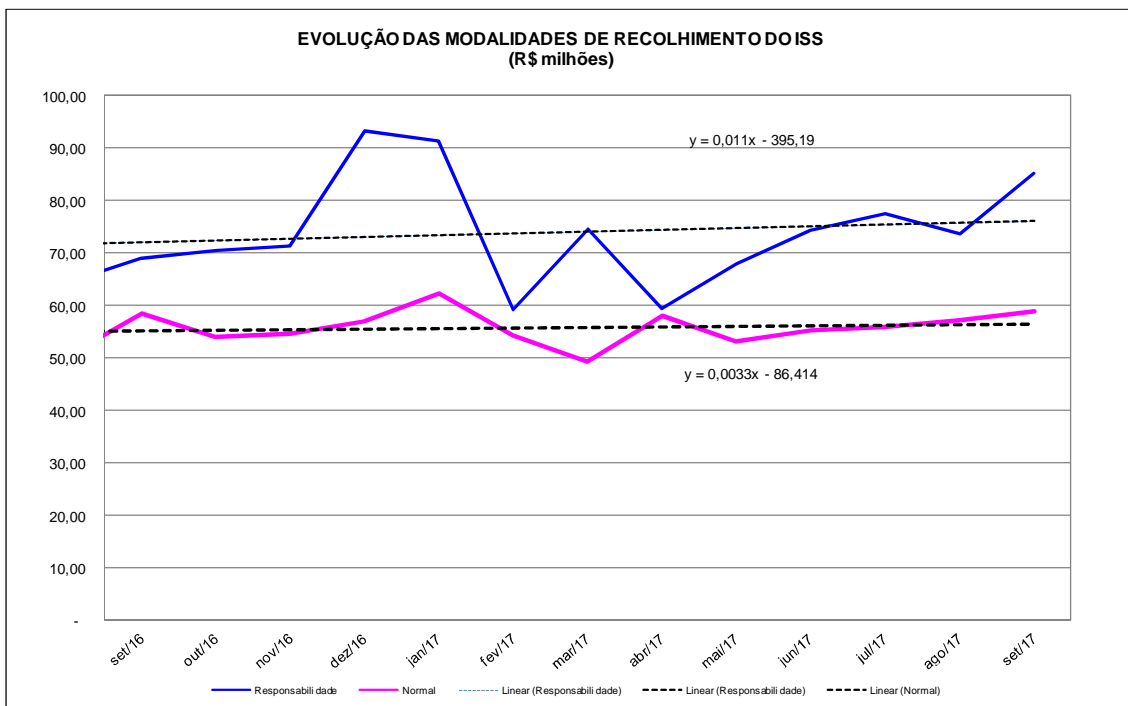


A figura abaixo ilustra, por sua vez, a comparação da arrecadação acumulada no período de janeiro a setembro de 2017 com a observada no mesmo período do ano anterior pelas principais formas de recolhimento. Depreende-se que ocorreu acréscimo real de receita para a maioria das modalidades excetuando-se o decréscimo real do Auto de Infração (-R\$ 452 mil) e da Substituição Tributária (-R\$ 184 mil). Dentre os principais acréscimos destacaram-se a Retenção Via SIAFI (+R\$ 26,1 milhões), ISS Normal (+R\$ 11,1 milhões), e a Retenção via SIGGO (+R\$ 7,8 milhões).

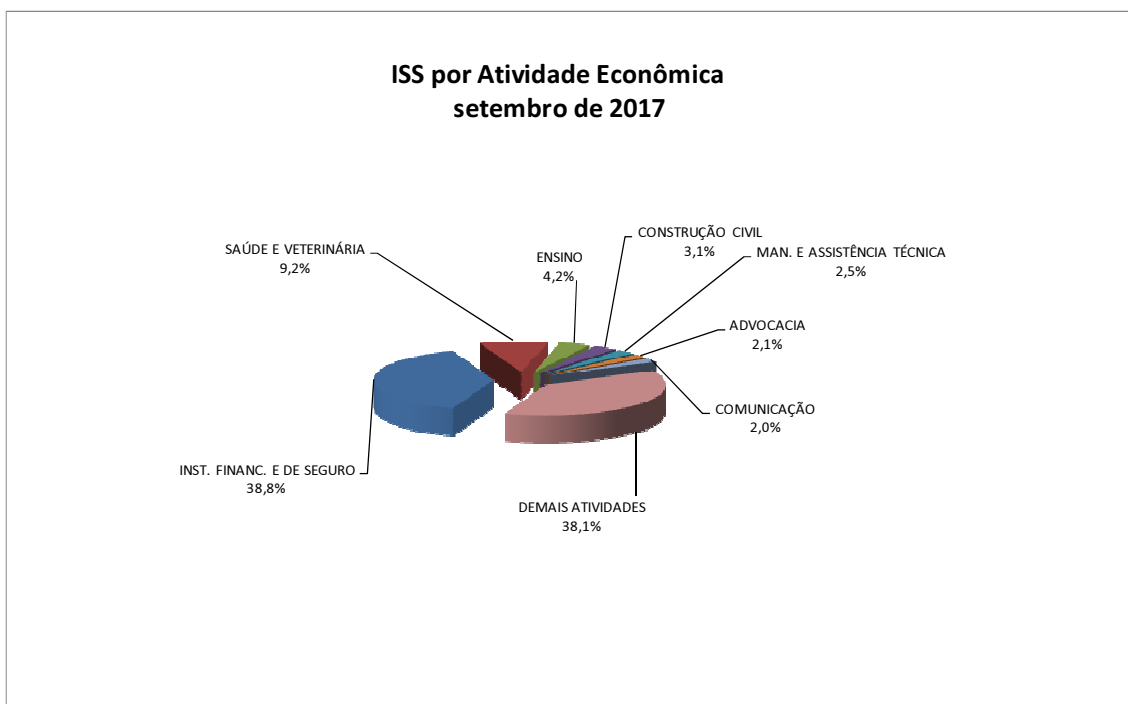
ISS por situação de recolhimento
2017 contra 2016 (acumulado até setembro)
Em R\$ milhões de setembro/2017 (INPC/IBGE)



O gráfico seguinte mostra a tendência crescente da arrecadação do ISS, tanto na modalidade Normal quanto na modalidade Responsabilidade (Substituição Tributária, Retenção via SIAFI e Retenção via SIGGO).

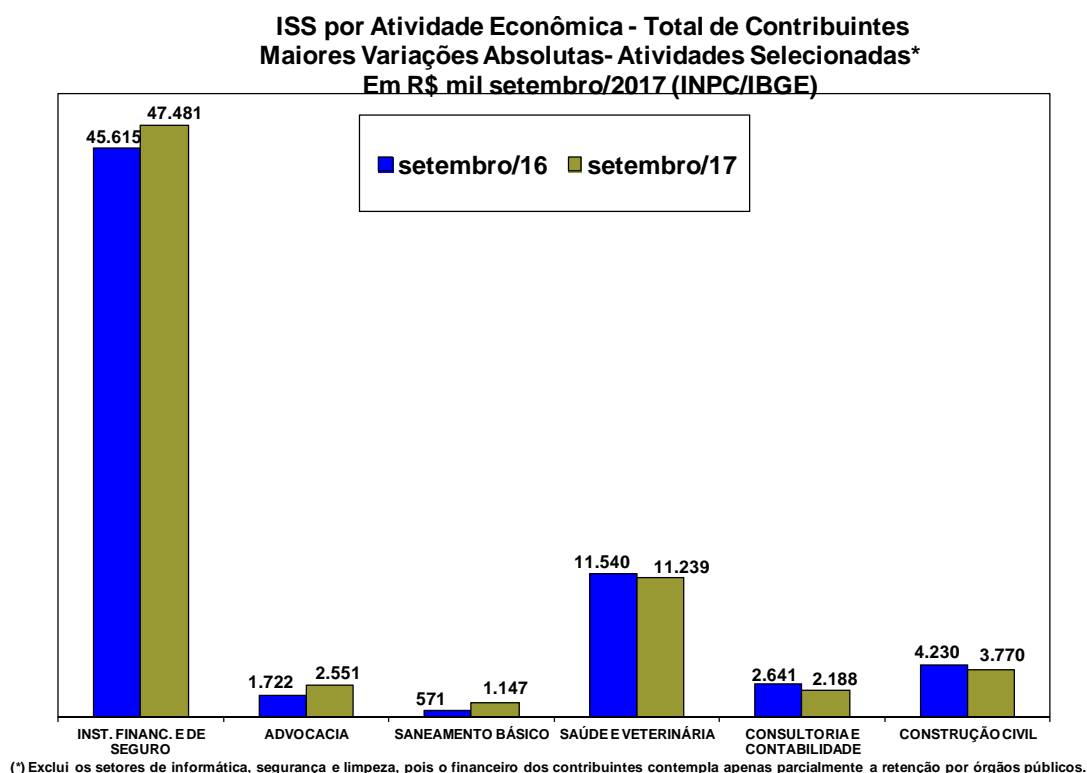


Partindo para a composição do ISS por segmento econômico em setembro de 2017, verifica-se conforme gráfico a seguir que a maior participação na arrecadação do imposto permaneceu no segmento de Instituições Financeiras e de Seguro (38,8%), seguido pelos segmentos de Saúde e Veterinária (9,2%) e Ensino (4,2%).



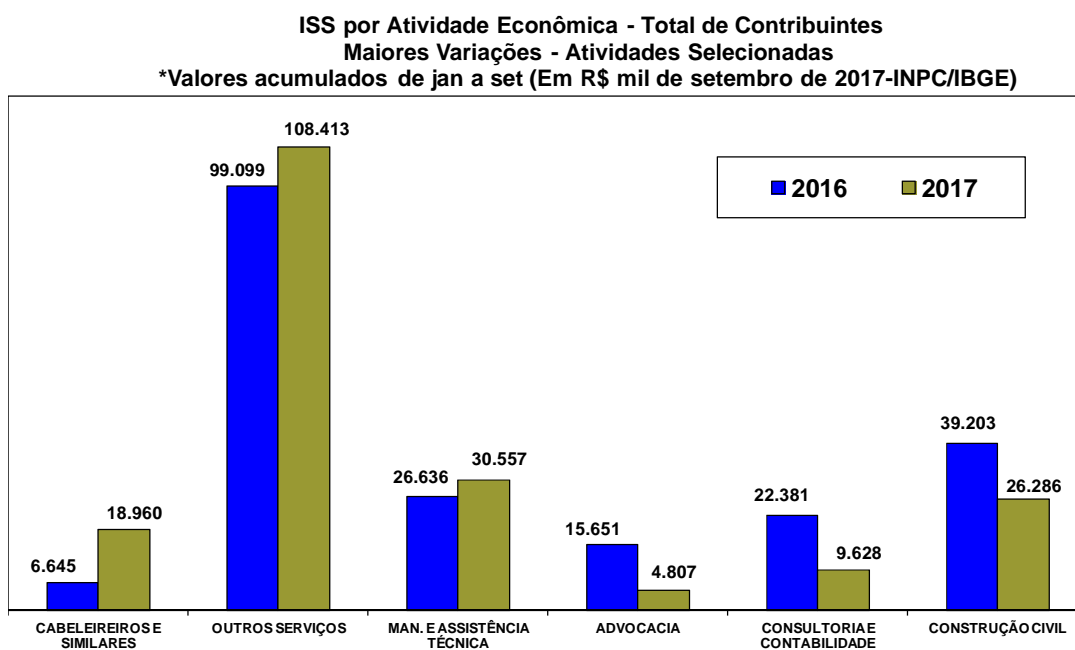
Os gráficos abaixo discriminam a arrecadação do ISS realizada pelos principais setores econômicos, na comparação mensal. Foram excluídas as retenções efetuadas por órgãos públicos concentradas nas áreas de informática, segurança e limpeza, pois essas não constam integralmente da base de dados que serve de referência para esta análise.

Na avaliação da arrecadação dos segmentos econômicos de setembro de 2017 com o correspondente mês do ano anterior, verifica-se que os principais acréscimos se deram nas atividades de Instituição Financeira e de Seguro (+R\$ 1.9 milhões), Advocacia (+R\$ 829 mil) e Saneamento Básico (+R\$ 576 mil). Por outro lado, apresentaram decréscimos a Construção Civil (-R\$ 460 mil), a Consultoria e Contabilidade (-R\$ 453 mil) e a Saúde e Veterinária (-R\$ 301 mil).



Na comparação de 2017 frente a 2016 com dados acumulados até setembro, os maiores aumentos em termos absolutos ocorreram nos segmentos Cabeleireiros e Similares (+R\$ 12,3 milhões), Outros Serviços (+R\$ 9,3 milhões) e Manutenção e Assistência Técnica (+R\$ 3,9 milhões). Por outro lado, apresentaram decréscimos Advocacia (-R\$ 10,8 milhões),

Consultoria e Contabilidade (-R\$ 12,8 milhões) e Construção Civil (-R\$ 12,9 milhões).



(*) Exclui os setores de informática, segurança e limpeza, pois o financeiro dos contribuintes, até o momento da elaboração do relatório, não contemplava integralmente a retenção por órgãos públicos.

SÉRIES HISTÓRICAS

(09 setembro 2017 – Séries Históricas.xls)